

A responsabilidade social das empresas

*Henrique Rattner*¹
ABDL e FEA/USP
rattner@abdl.org.br

O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou recentemente os resultados de uma pesquisa sobre a ação social das empresas.

Tanto os resultados divulgados quanto as inferências deles extraídos merecem uma análise mais cuidadosa, tendo em vista a relevância do tema para o futuro das políticas sociais no Brasil.

Diz o relatório:...”A maior parte do setor privado brasileiro está envolvida de alguma forma com a área social. 59% das empresas do país desenvolvem ações em benefício da comunidade. São cerca de 465 mil empresas, com um ou mais empregados, que dão sua contribuição, seja fazendo doações eventuais a pessoas carentes ou, desenvolvendo projetos mais estruturados. O investimento realizado atingiu R\$ 4,7 bilhões no ano 2000”...

O que levaria as empresas a se envolver com a área social? Segundo os resultados da pesquisa, a principal motivação é a filantropia: 76% das empresas entrevistadas declararam realizar atividades sociais por razões humanitárias.

Entretanto, com toda essa caridade empresarial, combinada com o assistencialismo paternalista do governo (Bolsas de alimentação, de escola, de gás etc.) o quadro de pobreza e indigência no país continua assustador.

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano divulgado pelo PNUD em meados de julho de 2002 revela pelo menos parte da miséria que afeta uma parcela substancial da população brasileira. Melhorou o IDH (em duas posições, de 73 para 71) mas, ...”a desigualdade aumentou” diz o relatório do PNUD, sem especificar as regiões mais atingidas. Coincidência ou não, na mesma semana foi publicado outro levantamento sobre o número de milionários na América Latina que aumentara, apesar da grave crise econômica que aflige a todos os países e particularmente o Brasil.

À luz dessas informações estatísticas controvertidas, as inferências da autora da pesquisa IPEA são, no mínimo, questionáveis. Segundo Ana Maria Peliano, o número de indigentes no país teria diminuído de 32 para 23 milhões! Será que mudaram (“tucanaram”, diria José Simão) os critérios de classificação? Senão, vejamos: o desemprego aumentou, de acordo com os dados levantados, embora com critérios diferentes, do IBGE e do DIEESE/SEADE. O número de trabalhadores com carteira assinada diminuiu de 49% para 45% da PEA – população economicamente ativa, com o correspondente aumento do Setor Informal.

O resultado dessas mudanças na estrutura de emprego foi e continua sendo a redução dramática da massa salarial ou seja, do poder aquisitivo da população. Mas, a autora da pesquisa afirma a “redução da miséria” de 32 para 23 milhões de brasileiros! Será o milagre da multiplicação dos pães? Ou, os efeitos milagrosos dos 0,4% do PIB desembolsados com fins sociais pelas empresas? A pesquisa não detalha o destino desses recursos, classificando-os pelo menos em algumas grandes categorias. São sobejamente conhecidas as generosas contribuições das grandes empresas para fins culturais – a vinda de óperas,

¹ Outros textos do autor: www.abdl.org.br/rattner/inicio.htm
São Paulo, agosto de 2002.

ballets, orquestras, exposições de arte. A pesquisa não esclarece a natureza das contribuições empresariais, levantando dúvidas sobre a parte efetivamente destinada a fins sociais e filantrópicos.

Outro aspecto, no mínimo controvertido: a pesquisa não procura avaliar o “Balanço Social” nas empresas ou seja, o tratamento dispensado aos empregados e funcionários. Os *yankees* que têm longa experiência no assunto, afirmam peremptoriamente...“a caridade começa em casa”! (*charity starts at home*).

Mesmo confirmados os valores da pesquisa, não há como isentar as empresas e o poder público de suas responsabilidades perante a sociedade, sobretudo os mais fracos e desprotegidos. Se as empresas pagassem salários decentes, não sonegassem impostos e recolhessem regularmente suas contribuições para os fundos de seguridade social, a distribuição da renda melhoraria rapidamente e, com ela, diminuiriam a dependência e a necessidade de ações de caridade de qualquer origem, privada ou pública, leiga ou religiosa. Não podemos deixar de mencionar outro fator de peso responsável pela calamidade social - para alterar rapidamente o quadro de miséria e exclusão é mister sustar a corrida irracional atrás de ganhos de “produtividade”, enxugando as organizações e “flexibilizando” as relações de trabalho, sem preocupar-se com os custos sociais dessa “racionalização”.

Vistas sob este enfoque, as ações filantrópicas das grandes empresas e conglomerados parecem mais destinadas a melhorar a “imagem” das organizações empresariais que faturam bilhões de reais (vide os lucros obscenos dos bancos!) e jogam algumas migalhas para os pobres, pretendendo com isto aliviar as condições de vida dos marginalizados. Bastariam obras filantrópicas e instituições de caridade para remediar os estragos causados pelo processo de acumulação e reprodução de capital que amplia continuamente o fosso entre ricos e pobres, poderosos e fracos, informados e analfabetos? A análise sociológica da nova ética e da motivação humanitária das empresas aponta para as contradições entre a visão subjetiva e os efeitos objetivos da dinâmica de acumulação e dos resultados dos investimentos produtivos do “mercado”.

Nos últimos dias de julho de 2002, assistimos a uma febre especulativa refletida na corrida desenfreada para adquirir a moeda norte-americana, com a conseqüente desvalorização diária do real. É verdade, a crise financeira e das bolsas é global, mas seus efeitos são particularmente devastadores no Brasil e nos países vizinhos. As declarações patéticas de FHC, Pedro Malan e Armínio Fraga sobre a “solidez” dos fundamentos de nossa economia e da robustez dos indicadores seriam hilariantes, não fossem trágicos.

A dívida pública interna passou os 720 bilhões de reais e a externa é de 220 bilhões de dólares, somando um valor superior ao total de bens e serviços produzido no país (PIB) em um ano. Antes da escalada do dólar, os juros dessas dívidas já foram elevados demais, obrigando o governo a apertar o orçamento para produzir o famigerado superavit fiscal primário, a fim de garantir o pagamento dos juros aos credores. A disparada do dólar e o conseqüente aumento da taxa de “risco” (20% no final do mês de julho de 2002), os compromissos assumidos com os credores se tornaram insustentáveis, ou seja, o Brasil está às vésperas de um “calote”, como ocorreu com a nossa vizinha Argentina. Soa ridículo o discurso do governo, querendo imputar a responsabilidade pela situação econômico-financeira do país ao clima pré-eleitoral e a inquietação do “mercado” (novamente, o vilão da História) face a possíveis mudanças na condução da política econômica, em 2003. Ora, estamos a cinco meses da posse de um novo governo que, sejam quais forem os vencedores nas eleições, não pode ser culpado hoje pelo desastre plantado pelos atuais condutores da economia e das finanças. O Banco Central injeta diariamente pelo menos 100 milhões de dólares, supostamente para “acalmar” o mercado. Ao mesmo tempo, recorre ao FMI para obter mais um “reforço de caixa”, de 10 a 20 bilhões de dólares. Mas, quem compra esses dólares tão logo apareçam nos

bancos e nas casas de câmbio? Certamente, não é o setor público, nem as organizações e indivíduos membros da sociedade civil. São as grandes empresas, nacionais e estrangeiras, os próprios bancos e instituições financeiras que queimam seus ativos em títulos públicos, ações e outros valores, a fim de se prevenir contra a desvalorização futura da moeda nacional, numa triste repetição do espetáculo na virada dos anos 1998/99.

É este o rosto patriótico e “humanitário” do setor de “mercado”, das empresas e de seus donos. Mesmo sabendo que as reservas do Banco Central estão se esvaziando e, com isto, abalando as estruturas da economia e do já precário tecido social, a “racionalidade” do mercado prevalece sobre considerações e impulsos de solidariedade para com as vítimas da derrocada geral.

Voltemos à pesquisa do IPEA e as inferências dela extraídas pela autora. A maior vulnerabilidade do trabalho produzido pela equipe do IPEA reside na sua total descontextualização, como se a filantropia das empresas ocorresse num espaço vazio, independentemente das tensões e conflitos que sacodem a sociedade brasileira.

No discurso oficial sobre o “manto protetor” contra a pobreza, se faz menção dos pobres e excluídos sem, contudo, abordar as causas sistêmicas que produzem essas condições aviltantes e injustas. Assim, as maiores e mais generosas doações da Ação Social constituem, na melhor das hipóteses, uma mitigação, nunca uma solução dos problemas da miséria.

Conforme frisamos acima, pagar salários decentes, recolher as contribuições à Previdência Social, pagar os impostos e, sobretudo, estancar a fuga de capitais para paraísos fiscais e, eventualmente, repatriá-los, seriam os melhores antídotos à crise econômica e aos desafios sociais.

A pesquisa sobre a ação social das empresas promove a idéia da responsabilidade privada pelos problemas sociais e da importância dos recursos privados para resolver esses problemas. Por melhores que sejam as intenções subjetivas dos filantropos, em termos objetivos, minam a idéia da responsabilidade do poder público de zelar pelos cidadãos carentes e legitimam as políticas discriminatórias a favor dos ricos e contra as camadas mais carentes.

Não se pretende minimizar a importância e o alcance de obras filantrópicas e de projetos relevantes em prol de crianças e adolescentes, carentes e abandonados pelo poder público. Mas, é preciso dimensionar e contextualizar esse tipo de ação social à luz dos problemas de ordem e raízes bem mais profundas, amplas e sistêmicas. Por mais bem sucedidas e multiplicadas que fossem essas atividades por todas as regiões do país, não conseguiriam isentar o Estado e as empresas de suas responsabilidades éticas e históricas perante a sociedade civil. Sem um esforço conjugado que visa obrigar o Estado a mudar suas políticas sociais e redefinir as prioridades na alocação de recursos que hoje refletem mais os interesses das elites hegemônicas do que as necessidades e aspirações das camadas mais carentes da população, a opção pela caridade e filantropia assume feição ideológica e procura escapar dos dilemas do embate político.

...”A ação social das empresas não reduz a desigualdade”, afirma a própria autora da pesquisa. Ora, sem maior igualdade não existem cidadania e justiça social.

Deixemos para outra oportunidade a discussão dos critérios da amostra, das categorias para qualificar as contribuições “sociais” e a ausência de referências ao número de beneficiados pela filantropia empresarial. Não deixa de ser fato curioso (ou, coincidência?) da maior parcela das doações destinar-se às populações pobres do Sudeste, região que representa o maior potencial de mercado. Visto sob este aspecto, não teriam as ações sociais das empresas como objetivo principal “limpar a ficha” das organizações mais poderosas e ricas que controlam seus respectivos mercados de forma quase monopolística?

Para restabelecer o equilíbrio de pesquisa “científica” sobre a responsabilidade social, não seria demais recomendar ao IPEA um estudo sobre os impactos dos movimentos sociais, das ONGs e organizações filantrópicas como o IBASE, a Pastoral da Criança, a Comissão Pastoral da Terra e outras cujos membros voluntários lutam de forma abnegada e incansável para aliviar a pobreza e tornar a vida dos pobres mais sustentável? É provável que esse estudo, por não ser “politicamente correto”, não daria IBOPE e nem receberia os recursos necessários no contexto de clima pré-eleitoral e da possibilidade de mudança de governo. Mas indubitavelmente, revelaria a verdadeira dimensão e extensão humanista deste trabalho que, além de atender a milhões de crianças, adolescentes, mulheres e membros de comunidades rurais, de pescadores e indígenas, reafirma e pratica os valores humanitários de cooperação e solidariedade – verdadeiros pilares da justiça social e da sustentabilidade.